

PARECER Nº 2/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

Assunto: Oferta Permanente - Diretrizes Ambientais - Bacias do Recôncavo e de Tucano

1 OBJETIVO

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, e a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 04/2024, visando à liberação para inclusão de 78 (setenta e oito) blocos exploratórios e cinco Áreas de Acumulações Marginais na Oferta Permanente de Áreas, localizados nas **Bacias do Recôncavo e de Tucano**, no Estado da Bahia. A análise desta Coordenadoria atende ao disposto no art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017 e na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022. Também são consideradas as eventuais restrições a serem observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, bem como aquelas decorrentes da aplicação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP, aprovada pela Resolução de Diretoria nº 436/2024, de 27/06/2024.

2 REFERÊNCIAS

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 194/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1866434)
- [5] Ofício nº 25/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1936486)
- [6] Ofício nº 54/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 2980065)
- [7] Ofício nº 00069727907 /2023 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN de 28/06/2023 (SEI 3205774)
- [8] Nota Técnica INEMA de 24/04/2023 (SEI 3205786)
- [9] Ofício nº 149/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1760310)
- [10] Ofício nº 53/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ (SEI 1975906)
- [11] Ofício nº 00064168563 /2023 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN de 24/03/2023 (SEI 2934881)
- [12] Nota Técnica - DIRRE/COMIN de 22/03/2023 (SEI 2934893)
- [13] Ofício nº 90/2023/STM-CMA/STM/ANP-RJ (SEI 3123527)
- [14] Ofício nº 00069714514 /2023 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN de 28/06/2023 (SEI 3205805)
- [15] Nota Técnica - INEMA/DIRRE/COMIN de 28/06/2023 (SEI 3205833).
- [16] Ofício Circular nº 1358/2024/MMA (SEI 4540460)
- [17] Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA (SEI 4540461)
- [18] Ofício nº 12/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e (SEI 3694501)
- [19] Ofício nº 00103755804 /2024 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN, de 29/11/2024 (SEI 4587988)
- [20] PARECER TÉCNICO DIRRE/COMIN Bacia Sedimentar de Tucano (SEI 4588029)
- [21] PARECER TÉCNICO DIRRE/COMIN Bacia Sedimentar do Recôncavo (SEI 4588040)

- [22] Portaria GM/MMA Nº 806/2023
- [23] Ofício nº 46/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e (SEI 4043609)
- [24] Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ (SEI 4040085)
- [25] Resolução ANP Nº 817, de 24 de abril de 2020
- [26] Nota Técnica nº 96/2021/SDP/ANP-RJ (SEI 1359891)
- [27] Nota Técnica nº 58/2020/SDP/ANP-RJ (SEI 0730003)
- [28] Nota Técnica nº 148/2021/SDP/ANP-RJ (SEI 1553759)
- [29] Nota Técnica nº 8/2022/SDP/ANP-RJ (SEI 1895241)
- [30] Nota Técnica nº 7/2022/SDP/ANP-RJ (SEI 1892254)
- [31] Ofício nº 84/2023/SAG/ANP-RJ (SEI 3537570)
- [32] Indicativo do Potencial Petrolífero – Recôncavo e Tucano (SEI 3665003)
- [33] Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000
- [34] Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996
- [35] Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961
- [36] Manifestação Conjunta nº 04/2024 MME/MMA, de 17/12/2024 (SEI 4589684)
- [37] Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP (SEI 4001491)
- [38] Ofício nº 10/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ (SEI 4651043)
- [39] Ofício nº 32/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ (SEI 4678399)
- [40] Ofício 25 /SAG/ANP-RJ - (SEI 4688960)
- [41] Ofício nº 49/2024/SPL/ANP-RJ (3727532)

3 INTRODUÇÃO

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.
2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.
3. No caso de áreas para as quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinados pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].
4. No caso em tela, **a ANP solicitou ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA, da Bahia, a avaliação de 96 (noventa e seis) blocos em estudo, e dos Campos de Acumulações Marginais de Tico-Tico, Subaúma Mirim, Lagoa Branca, Sempre Viva e Curral de Fora, localizados nas bacias do Recôncavo e Tucano, no estado da Bahia, situados nos setores SREC-T1, SREC-T2 SREC-T3, SREC-T4 e STUC-S, conforme Tabela 1 e Figura 1.**
5. A primeira solicitação ao órgão ambiental estadual foi feita por meio dos Ofícios nº

194/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [4], Ofício nº 25/2022/SSM-CMA/SSM/ANP- RJ [5], e Ofício nº 54/2023/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [6], e foi atendida pelo Ofício nº 00069727907/2023 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN [7], de 28/06/2023, que encaminhou a Nota Técnica INEMA [8] de 24/04/2023.

6. Para as áreas de acumulações marginais, foram solicitadas informações por meio do Ofício nº 149/2021/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [9] e do Ofício nº 53/2022/SSM-CMA/SSM/ANP-RJ [10]. Essa demanda foi atendida pelo Ofício nº 00064168563/2023 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN [11] de 24/03/2023, que encaminhou a Nota Técnica DIRRE/COMIN [12].

7. Em relação aos blocos cujas Manifestações Conjuntas venceram em 17/07/2023, a ANP fez a solicitação de informações ao INEMA por meio do Ofício nº 90/2023/STM-CMA/STM/ANP-RJ [13], sendo atendida pelo Ofício nº 00069714514/2023 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN [14] de 28/06/2023, que encaminhou a Nota Técnica INEMA/DIRRE/COMIN [15] de 28/06/2023.

8. Por fim, em relação aos blocos cuja Manifestação Conjunta venceu em dezembro/2023, o parecer ambiental (Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17]) foi elaborado conforme solicitação da ANP e a priorização indicada pelo MME, nos termos do Ofício nº 46/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e [23] e Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ-e [24]. O parecer foi complementado pelos pareceres técnicos PARECER TÉCNICO DIRRE/COMIN Bacia Sedimentar de Tucano [20] e do Recôncavo [21], encaminhados pelo INEMA-BA através do Ofício nº 00103755804 /2024 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN, de 29/11/2024 [19], conforme solicitação da ANP (Ofício nº 12/2024/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e) [18].

Tabela 1 - Blocos e Áreas de Acumulações Marginais em estudo nas Bacias do Recôncavo e de Tucano

Bacia Recôncavo	
Setor	Blocos Exploratórios e AAMs
SREC-T1 (27 blocos)	REC-T-26, REC-T-35, REC-T-36, REC-T-37, REC-T-44, REC-T-46, REC-T-47, REC-T-54, REC-T-55, REC-T-57, REC-T-64, REC-T-65, REC-T-66, REC-T-73, REC-T-74, RECT-83, REC-T-91, REC-T-92, REC-T-93, REC-T-94, REC-T-95, REC-T-96, REC-T-101, REC-T-102, REC-T-106, REC-T-112, REC-T-113
SREC-T2 (18 blocos)	REC-T-17, REC-T-18, REC-T-19, REC-T-23, REC-T-25, REC-T-29, REC-T-30, REC-T-31, REC-T-34, REC-T-38, REC-T-39, REC-T-43, REC-T-48, REC-T-49, REC-T-81, REC-T-87, REC-T-90, REC-T-100
SREC-T3 (29 blocos)	REC-T-123, REC-T-124, REC-T-125, REC-T-136, REC-T-137, REC-T-138, REC-T-149, REC-T-150, REC-T-162, REC-T-163, REC-T-164, REC-T-175, REC-T-176, REC-T-177, REC-T-178, REC-T-188, REC-T-189, REC-T-190, REC-T-192, REC-T-203, REC-T-204, REC-T-205, REC-T-206, REC-T-219, RECT-220, REC-T-234, REC-T-235, REC-T-237, REC-T-280
SREC-T4 (1 bloco e 1 Campo)	REC-T-153 Campo de Tico-Tico
Bacia Tucano	
STUC-S (21 blocos e 4 Campos)	TUC-T-130, TUC-T-131, TUC-T-141, TUC-T-142, TUC-T-148, TUC-T-149, TUC-T-150, TUC-T-151, TUC-T-155, TUC-T-156, TUC-T-157, TUC-T-158, TUC-T-162, TUC-T-163, TUC-T-164, TUC-T-168, TUC-T-169, TUC-T-173, TUC-T-174, TUC-T-176, TUC-T-178 Campos de Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora

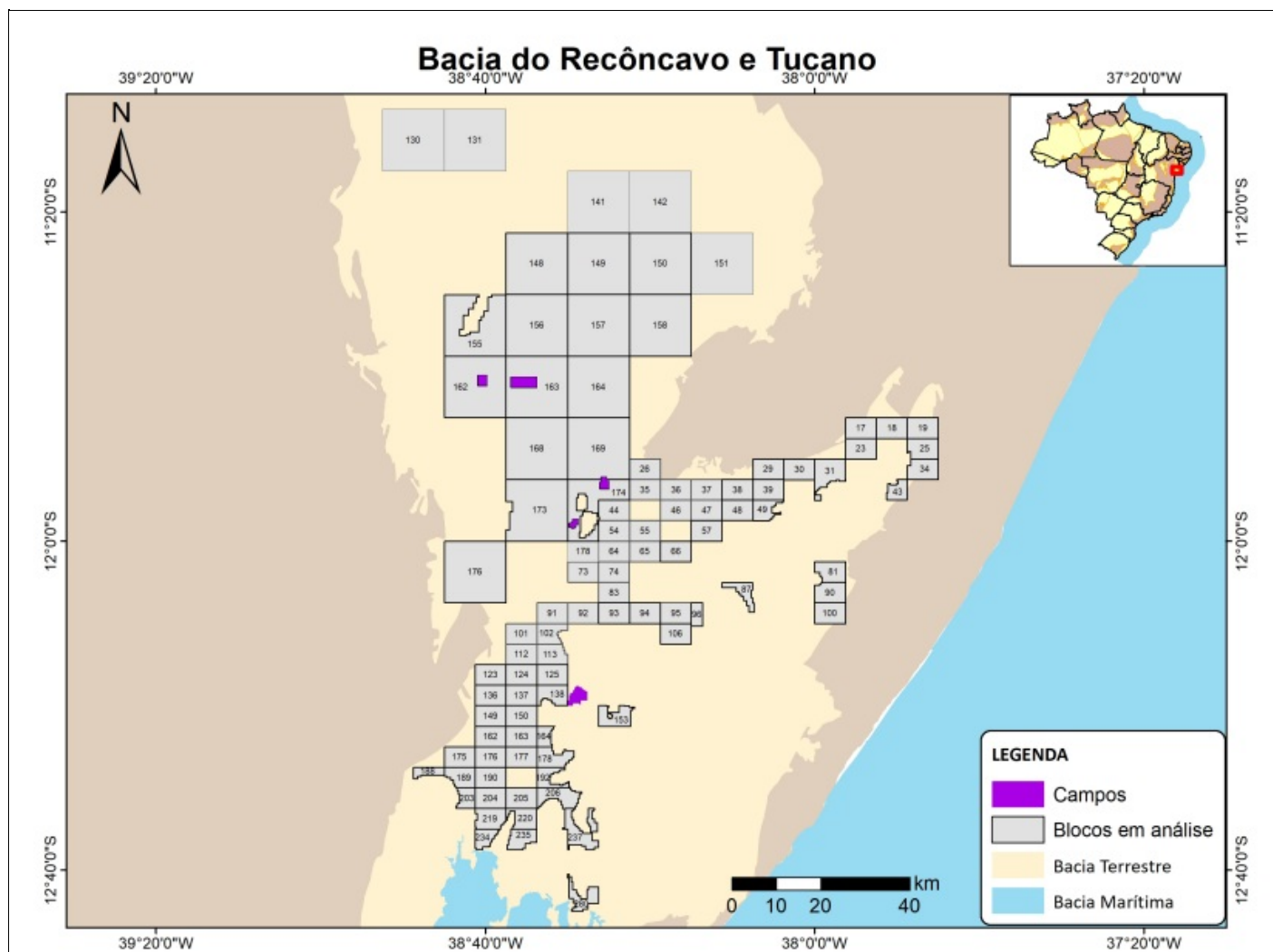


Figura 1 – Mapa de localização dos blocos e campos em estudo nas Bacias do Recôncavo e Tucano (Fonte: DEPG/SNPGB/MME, 2024).

9. Em 17/12/2024, a **Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 04/2024 [36]** foi assinada pelo MMA e pelo MME, aprovando a inclusão de 96 blocos exploratórios das Áreas de Acumulações Marginais de Tico-Tico, Subaúma Mirim, Lagoa Branca, Sempre Viva e Curral de Fora, localizados nas bacias do Recôncavo e Tucano, no edital da Oferta Permanente para Licitações para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural.

10. Ocorre que em 27/06/2024 foi aprovada, pela Diretoria Colegiada da ANP, a **Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [37]**, que estabeleceu critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Manifestação Conjunta elaborada pelo MME e pelo MMA não considerou a aplicação desses novos critérios, cabendo à ANP a análise das restrições deles decorrentes, o que se faz na sequência deste Parecer.

11. Destaca-se que a Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [37] faz parte do conjunto de documentos levados à Consulta e Audiência Públicas nº 02/2024, cujo objetivo era "obter subsídios sobre o edital de licitações e os contratos de concessão de blocos exploratórios e de área com acumulações marginais da Oferta Permanente de Concessão – OPC".

4 ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

4.1 - Características gerais da Bacia do Recôncavo

12. A Bacia do Recôncavo está localizada na porção leste do estado da Bahia e é constituinte

ao rifte Recôncavo-Tucano-Jatobá, que juntamente com as Bacias de Camamu-Almada e Jacuípe foram geradas durante a ruptura continental que originou o Oceano Atlântico Sul. Sua área é de 10.000 km², com uma orientação geral que segue o trend NE-SW. Limita-se a norte e noroeste com a Bacia de Tucano, pelo Alto de Aporá; ao sul com a Bacia de Camamu, pelo sistema de falhas da Barra; a leste, pelo sistema de falhas de Salvador; e a oeste pela Falha de Maragogipe. É uma bacia classificada como madura quanto relação ao nível de conhecimento e exploração. A espessura sedimentar atinge até 8.000 metros.

13. De acordo com dados do SIGEP de outubro de 2023, a bacia conta com 78 campos em produção, 24 em devolução e 8 em desenvolvimento.

4.2 - Características gerais da Bacia de Tucano

14. A Bacia de Tucano localiza-se na região nordeste do Estado da Bahia e abrange aproximadamente 30.500 km². Em função de feições estruturais NW-SE, esta bacia foi subdividida em três sub-bacias: Tucano Sul, Tucano Central e Tucano Norte, que ocupam, respectivamente, cerca de 7.000 km², 14.700 km² e 8.800 km². A sub-bacia de Tucano Sul se limita a sul com a Bacia do Recôncavo pelo Alto de Aporá; a leste pela Falha de Inhambupe; a oeste pelo embasamento e a norte pela Falha de Vaza-Barris. Os blocos disponíveis na Oferta Permanente de Concessão estão no setor STUC-S, na porção terrestre da Bacia.

15. Ao todo, foram perfurados 130 poços na sub-bacia de Tucano Sul, sendo 7 estratigráficos e 59 pioneiros. As principais descobertas na bacia foram de acumulações de gás natural, com ocorrências esporádicas de óleo, destacando-se as áreas de Quererá, Sempre Viva e Conceição. Até o momento, estão em produção 5 campos de gás natural localizados no setor STUCS.

4.2 - Fluxo de definição das diretrizes ambientais

16. A ANP pretendia originalmente incluir no processo de Oferta Permanente 96 (noventa e seis) blocos exploratórios, além dos campos de Tico-Tico, Lagoa Branca, Subaúma Mirim, Sempre Viva e Curral de Fora, conforme indicado na Figura 1. Como etapa inicial do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

17. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu inciso II do art. 2º, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar terrestre, faz-se necessário solicitar parecer ao órgão de meio ambiente estadual com competência para o licenciamento ambiental na área de petróleo e gás natural e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

18. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia os critérios específicos estabelecidos pelo órgão ambiental e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas sensíveis ambientalmente recomendadas pelos órgãos ambientais, caso necessário, e encaminha ao MMA e ao MME a delimitação dos blocos ou áreas a serem ofertados em formato vetorial (*shapefile*), juntamente com os pareceres ambientais e a estimativa do potencial petrolífero da área.

19. O MMA e o MME, por sua vez, devem elaborar a manifestação conjunta, que terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser revista e ratificada por iguais períodos, caso necessário.

20. No caso em análise, a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 04/2024 [36] considerou o estabelecido no art 4º da Portaria Interministerial nº 01/2022 [3], que indica que deverá(ão):

"I - ser **excluídas**, mediante justificativa, as áreas dos blocos que:

a) apresentem **sobreposição às unidades de conservação**, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, excetuadas suas zonas de amortecimento e as Áreas de Proteção Ambiental - APA, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, conforme Cadastro Nacional de Unidades de Conservação - CNUC, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do MMA e do Instituto Chico Mendes; e

b) apresentem **sobreposição com terras indígenas delimitadas, declaradas, homologadas e regularizadas** por decreto presidencial ou área interdita com

restrição de ingresso e trânsito em razão da presença de índios isolados, regido pelo art. 7º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, conforme consta da base de dados georreferenciados disponibilizada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

II - ser **indicada a sobreposição** de blocos com as seguintes áreas:

a) **APA e zonas de amortecimento das demais unidades de conservação**, quando existentes, que compõem o SNUC, nos termos da Lei nº 9.985, de 2000, cujas bases de dados georreferenciadas oficiais se encontram disponibilizadas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes;

b) áreas com **ocorrência de espécies da flora ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponibilizadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção;

c) áreas com **ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção**, com base nas informações georreferenciadas disponíveis no Sistema de Avaliação do Risco de Extinção da Biodiversidade - SALVE, do Instituto Chico Mendes, a partir da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção;

d) **assentamentos, territórios quilombolas**, de acordo com a base de dados georreferenciados disponibilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

e) **áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, nos termos da Lei nº 3.924, de 1961, cujos dados georreferenciados são disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN; e

f) **áreas com riscos geológicos**, conforme a base de dados georreferenciados disponível no sítio do Serviço Geológico do Brasil - CPRM;

III - ser indicado o **potencial petrolífero** e eventuais restrições ambientais, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados, na forma do art. 2º, incisos I e II."

21. Conforme já apontado, a partir da aprovação da Nota Técnica Conjunta nº 8/2024/ANP [37], foram estabelecidos critérios adicionais para a definição dos polígonos dos blocos a serem colocados em oferta. A Tabela 2 sintetiza as principais alterações propostas pela referida Nota Técnica.

Tabela 2 - Novos Critérios Socioambientais

	Critérios Anteriores	Critérios NT 08/2024
Terras Indígenas e Quilombolas	Delimitação de blocos considera a exclusão de áreas indígenas demarcadas	Exclusão de áreas indígenas e quilombolas + buffer de 10 Km na região da Amazônia Legal e de 8 Km em outras regiões
Unidades de Conservação	UCs recortadas no processo de delimitação dos blocos + recortes complementares a partir das recomendações dos OEMAs	Recorte das Zonas de Amortecimento (ZA) estabelecidas no Plano de Manejo de cada UC. Para as UCs que não tenham ZA definidas em seu Plano de Manejo, ou que não tenham Plano de Manejo, buffer de 10 km se na Amazônia Legal, ou 8 km fora dela
Áreas densamente povoadas	NA	Núcleos Urbanos com mais de 400 habitantes por km ² Recorte de áreas com extensão superior a 5 Km ²
Áreas de mineração de sal gema	NA	Exclusão de áreas sobrepostas à extração de sal-gema na fase de "Concessão de Lavra"

22. Assim, após o recebimento da Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 04/2024 [36], a ANP procedeu à aplicação desses critérios adicionais.

4.3 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos ambientais

23. Na Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 04/2024 [36], foram apresentados os aspectos ambientais específicos apontados pelos órgãos ambientais estaduais consultados, conforme transcrito na sequência.

INEMA-BA

24. Nas Notas Técnicas INEMA, de 24/04/2023 [8], DIRRE/COMIN, de 22/03/2023 [12] e INEMA/DIRRE/COMIN, de 28/06/2023 [15], o órgão ambiental registrou que a prática de E&P é considerada de alto potencial poluidor, conforme o anexo do Regulamento das Leis Estaduais nº 10.431/2006 e nº 11.612/2009, aprovada pelo Decreto 14.024/2012, consolidado com alterações dos Decretos nº 14.032/2012, 15.682/2014, 16.963/2016 e 18.218/2018, devendo ser desenvolvida mediante o licenciamento ambiental.

25. Para as atividades desenvolvidas durante o período exploratório, que consistem basicamente em realizar aquisição sísmica, perfurar e testar a viabilidade econômica de poços exploratórios, a concessionária deverá requerer Autorização Ambiental (AA) para cada objeto, descrevendo o seu programa exploratório junto ao INEMA.

26. No caso de Área de Acumulação Marginal (AAM), a concessionária deverá solicitar uma Autorização Ambiental (AA) ao INEMA para reentrar, reabilitar, testar a resistência mecânica e testar a viabilidade econômica de cada poço de interesse. Caso o resultado da exploração indique viabilidade econômica, e haja interesse em explorar os hidrocarbonetos, o operador deverá requerer as licenças ambientais (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação – LI e Licença de Operação – LO) para a produção no novo campo petrolífero.

27. A Nota Técnica INEMA, de 24/04/2023 [8], teve por finalidade analisar ambientalmente os 26 blocos das bacias do Recôncavo e Tucano, além de áreas na Bacia de Mucuri. A análise de sobreposição foi realizada através das imagens, no sistema GEOBAHIA, em relação aos parâmetros de bioma, unidades de conservação – UC municipais (2022), estaduais (2022) e federais –, zonas de amortecimento de UCs; terras indígenas, áreas de quilombolas (INCRA); RPPNs estaduais (INEMA-2022) e federais (ICMBIO), divisão político administrativa; e grau de antropização, fragmentos de vegetação e mata ciliar.

28. Para os 11 blocos da bacia do Recôncavo, o INEMA informou que não foram detectadas sobreposições com UCs, terra indígena ou quilombola e RPPN, mas registrou que a maior parte do bloco REC-T-93 se sobrepõe à cidade de Alagoinhas, e que o fato não é impeditivo para recomendar a sua exclusão, podendo ser, no entanto, um fator de restrição. O órgão ambiental destacou ainda que cerca de um terço do bloco REC-T-153 se sobrepõe à cidade de Catú, e que uma pequena parte dos blocos REC-T-219 e REC-T-234 se sobrepõe à Área de Proteção Ambiental de Joanes/Ipitanga, de uso sustentável.

29. Para os 15 blocos da bacia do Tucano Sul, o INEMA informou que não foram detectadas sobreposições com UC, terra indígena ou quilombola e RPPN, e não efetuou registros complementares.

30. Na conclusão da Nota Técnica [8] o INEMA coloca que “[n]a análise preliminar exposta não foi identificado óbice para que os blocos referenciados sejam ofertados para indústria”.

31. A Nota Técnica DIRRE/COMIN, de 22/03/2023 [12], teve por finalidade analisar ambientalmente os campos de Tico-Tico, na bacia do Recôncavo, e os campos de Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora, localizados na bacia do Tucano Sul. As informações solicitadas pela ANP em relação às AAM foram obtidas por meio de consulta aos dados existentes no sistema GEOBAHIA, não tendo sido identificadas restrições.

32. Em relação a eventual sobreposição com áreas de ocorrência de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, o INEMA informou não existirem dados de rápido acesso, fazendo-se necessária a realização de uma pesquisa mais aprofundada que deverá ser elaborada para subsidiar o diagnóstico ambiental por ocasião da apresentação do Estudo Ambiental da Atividade pelo operador.

33. A Nota Técnica DIRRE/COMIN [12] conclui que: “Não foi encontrado óbice para que as Áreas de Acumulações Marginais de Tico-Tico (BAS do Recôncavo), Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma

Mirim e Curral de Fora (BAS de Tucano Sul) sejam incluídas no processo de Oferta Permanente”.

34. Na Nota Técnica INEMA/DIRRE/COMIN, de 28/06/2023 [15], que teve por finalidade analisar ambientalmente os 43 blocos com Manifestação Conjunta (cuja validade expirou em 17/07/2023), o INEMA informou que não foram detectadas sobreposições com UC, terra indígena ou quilombola, e registrou que os blocos REC-T-220, REC-T-235, REC-T-237 e REC-T-280, apresentaram áreas com sobreposição na APA Joanes/Ipitanga, em Zona de Uso Diversificado – ZUD, Zona de Uso Específico – ZUE, Zona de Ocupação Controlada V – ZOC V, Zona de Proteção Rigorosa – ZPR e Núcleo Urbano Consolidado – NUC, e que existem áreas com restrições para a atividade de E&P inseridas nesses blocos, conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução CEPRAM nº 2.974/2002, que não invalidam as outras áreas possíveis de exploração de óleo e gás natural, nesses blocos.

35. Em sua conclusão, a Nota Técnica DIRRE/COMIN [15], declara que: “Na análise preliminar exposta não foi identificado óbice para que os blocos referenciados sejam ofertados para indústria. Devendo ser salientado que existem áreas com restrições para a atividade de E&P nos BE’s REC-T-220, REC-T-235, REC-T-237 e REC-T-280, nos quais a diretrizes estabelecidas na Resolução CEPRAM nº 2.974/2002 devem ser consideradas”.

36. Em função da ressalva indicada pelo INEMA, a ANP reavaliou as restrições apontadas, e apenas o Bloco REC-T-280 foi recortado a fim de excluir área sobre Zona de Proteção Rigorosa da APA Joanes-Ipitanga. Não foram realizados recortes nos demais blocos devido à possibilidade de a atividade exploratória existir sobre demais zonas: a) Zona de Uso Diversificado; b) Zona de Uso Específico; c) Núcleo Urbano Consolidado; d) Zona de Ocupação Controlada. Cabe destacar, ainda, que algumas áreas nos blocos do Recôncavo, conforme mencionado pelo INEMA, podem conter restrições para a atividade de E&P, à luz das diretrizes estabelecidas na Resolução CEPRAM nº 2.974/2002, o que não os invalida integralmente para a exploração do óleo e gás natural.

37. Por fim, o INEMA encaminhou o Ofício nº 00103755804 /2024 - INEMA/DG/DIRRE/COMIN, de 29/11/2024 [19], cujos pareceres técnicos anexos [20 e 21] contemplam os blocos que tiveram a validade de Manifestação Conjunta expirada em Dezembro/2023. Os pareceres do órgão ambiental concluíram a inexistência de óbice para a Oferta dos Blocos Exploratórios analisados, recomendando apenas o recorte das zonas urbanas da cidade de Alagoinhas-BA interceptadas pelos blocos REC-T-083 e REC-T-092.

GTPEG (IBAMA + ICMBio + MMA)

38. Com relação ao Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17] do GTPEG, algumas questões relevantes foram apresentadas. Do ponto de vista ambiental, as bacias terrestres do Recôncavo e a parte sul da bacia de Tucano estão localizadas em áreas tipicamente do bioma Mata Atlântica, enquanto a parte norte da bacia de Tucano avança pelo bioma Caatinga. Há diversos blocos nas bacias do Recôncavo e de Tucano situados em uma zona de transição entre a Mata Atlântica e a Caatinga.

39. Após as análises realizadas, o GTPEG apresentou as seguintes conclusões para os blocos das Bacias do Recôncavo e Tucano:

a) Áreas Prioritárias para a Biodiversidade: Foram identificadas sobreposições de 56 blocos com 44 Áreas Prioritárias na Mata Atlântica, 17 na Caatinga e 5 áreas híbridas entre esses biomas.

- Blocos TUC-T-130 e TUC-T-131 (Bacia do Tucano): sobreposição à área CA242 (Caatinga), classificada com importância biológica Muito Alta e prioridade de ação Extremamente Alta.

- Blocos REC-T-219, REC-T-234 e REC-T-280 (Bacia do Recôncavo): proximidade ou sobreposição a ecossistemas costeiros, incluindo áreas de manguezais.

b) Unidades de Conservação

- Blocos REC-T-234 e REC-T-280: sobreposição à APA Baía de Todos os Santos.

- Blocos REC-T-206, REC-T-219, REC-T-220, REC-T-234, REC-T-235, REC-T-237 e REC-T-280: sobreposição à APA Joanes-Ipitanga.

c) Territórios Quilombolas

- Bloco REC-T-49 (Bacia do Recôncavo): sobreposição ao Território Quilombola Fazenda Porteira.

d) Espécies Ameaçadas de Extinção

- Bacia do Recôncavo: Sobreposição de 22 blocos (incluindo REC-T-93, REC-T-163, REC-T-206, REC-T-49, REC-T-203, REC-T-192 e outros) com registros de ocorrência de 6 espécies ameaçadas de extinção.
- Bacia do Tucano: Sobreposição do bloco TUC-T-176 com registros de ocorrência de 1 espécie ameaçada de extinção.

e) Áreas de Importância Pesqueira

- Blocos REC-T-219, REC-T-234 e REC-T-280 (Bacia do Recôncavo): sobreposição a manguezais e zonas de inundação relevantes para a manutenção de recursos pesqueiros.

40. Em síntese, o GTPEG faz as seguintes recomendações:

I - Para a bacia do Recôncavo, adequação dos blocos REC-T-219, REC-T-234 e REC-T-280, observando a proximidade a ecossistemas costeiros e áreas de manguezais, e do bloco REC-T-49, observando os limites do território quilombola Comunidade Fazenda Porteiras. Para os demais 72 blocos da bacia, nenhuma adequação é recomendada.

II - Para a bacia de Tucano, o recorte de 2 blocos, TUC-T-130 e TUC-T-131, considerando a área CA242 de importância biológica Muito Alta e prioridade de ação Extremamente Alta da Caatinga, e nenhuma adequação para os outros 23 blocos.

4.4 - Análise de sobreposição

41. Com vistas a atender ao disposto no art. 4º, incisos I e II, da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 04/2024 [36] observou os parâmetros de análise de sobreposição definidos na Portaria, acrescidos das análises iniciais efetuadas pelo INEMA e demais órgãos ambientais. Todos os "itens" indicados na sequência referem-se ao documento Manifestação Conjunta.

42. No item 4.3.1 **Sobreposição com Unidade de Conservação**, foram apresentados os comentários mais relevantes dos órgãos ambientais sobre sobreposição com Unidades de Conservação e áreas ambientalmente sensíveis. Ressalta-se principalmente as sobreposições com as áreas de influência das APAs Joanes-Ipitanga e Baía de Todos os Santos. No caso da Bacia do Tucano a unidade de conservação mais próxima é a RPPN Mata do Gungo, que dista 34 km da extremidade do bloco TUC-T-176.

43. No item 4.3.2 – **Sobreposição com Terras Indígenas**, foi informado que não foram encontradas sobreposições com Terras Indígenas durante a análise, conforme pode ser observado nas Figuras 4 e 5 da Manifestação Conjunta, que mostram a localização das Terras Indígenas nas áreas em estudo nas bacias do Recôncavo e do Tucano. A Terra Indígena mais próxima de blocos na Bacia do Recôncavo é a TI Quiriri, localizada a 135 km do bloco REC-T-29. Na Bacia do Tucano, a TI Quiriri dista 73 km do bloco TUC-T-148.

44. No item 4.3.3 – **Sobreposição com espécies de flora ameaçadas**, as Figuras 6 e 7 da Manifestação Conjunta MME/MMA nº 04/2024 [36] registram as espécies da fauna ameaçadas na região dos blocos em estudo, e entre as espécies encontradas, destaca-se as espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR) e as espécies Em Perigo (EN), sendo relacionadas por espécies e distâncias dos pontos de registro da ocorrência ao bloco mais próximo, conforme tabelas 7 e 8 da Manifestação Conjunta.

45. No caso específico da bacia de Tucano, considerando um raio de 20 km dos blocos em estudo, não foram identificadas espécies classificadas como Criticamente em Perigo (CR). A única espécie classificada como Em Perigo (EN) nesse raio, o *Inga suborbicularis*, tem três ocorrências que distam aproximadamente 19,9 km do bloco TUC-T-174.
46. No item 4.3.4 – **Sobreposição com espécies de fauna ameaçadas**, a Figura 8 da Manifestação registra, na Bacia do Recôncavo, as espécies ameaçadas de extinção classificadas como Criticamente em Perigo (CR) e Em Perigo (EN), com registros de ocorrências identificados a uma distância inferior a oito quilômetros. Entre as espécies identificadas como Criticamente em Perigo (CR) destacam-se a *Epinephelus* localizada a aproximadamente 8,5 km do bloco REC-T-234 e a *Merulaxis* localizada a 18,6 km do bloco REC-T-280, com três registros de ocorrências.
47. Na tabela 9 da Manifestação Conjunta, foram apresentadas as sobreposições consideradas no Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17] de registros de ocorrência de seis espécies ameaçadas de extinção com blocos da Bacia do Recôncavo, sendo uma classificada como Criticamente Ameaçada (CR), três em Perigo (EN) e duas Vulneráveis (VU). Além disso, também foi registrada a presença da espécie *Machadagrion garbei*, com status de dados deficientes (DD).
48. Com relação à Bacia do Tucano, o Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17] indicou a ocorrência da espécie *Callicebus coimbrai*, um primata endêmico do Brasil, classificada como em perigo (EN), em sobreposição ao bloco TUC-T-176.
49. No item 4.3.5 – **Sobreposição com assentamentos rurais e territórios quilombolas**, na Figura 9 da Manifestação Conjunta, é possível visualizar o Território Quilombola de Fazenda das Porteiras, que apresenta sobreposição em uma das extremidades do bloco REC-T-49. O Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17] corrobora essa análise e sugere adequação do bloco REC-T-49 para eliminar essa pequena sobreposição com o território quilombola. Além disso, os territórios quilombolas Pitanga de Palmares, Dandá e Ilha da Maré estão localizados nas proximidades do bloco REC-T-280, a uma distância aproximada de um a dois quilômetros.
50. No item 4.3.6 – **Sobreposição com áreas tombadas, sítios arqueológicos ou paleontológicos**, em relação aos blocos em estudo da Bacia do Recôncavo, a Figura 13 da Manifestação Conjunta revela a presença de uma grande quantidade de sítios arqueológicos sobrepostos e nas proximidades de alguns blocos. Os sítios arqueológicos identificados a menos de oito quilômetros dos blocos foram relacionados na Tabela 11 do documento.
51. Quanto à localização dos sítios arqueológicos próximos aos blocos em estudo na Bacia do Tucano, foi identificada a presença de alguns nas proximidades de certos blocos, conforme apresentado na Figura 14 da Manifestação Conjunta. Destacam-se os sítios de Bitura e Biruta, localizados a 3,5 km do bloco TUC-T-162; Manuel, situado a 6,2 km do mesmo bloco; e Toca do Índio, a 7 km do bloco TUC-T-174. Os demais sítios arqueológicos na região estão localizados a mais de oito quilômetros dos blocos em estudo.
52. No item 4.3.7 – **Sobreposição com áreas de riscos geológicos**, a Figura 15 da Manifestação Conjunta mostra as áreas com potenciais riscos geológicos na região dos blocos em estudo na Bacia do Recôncavo. Destacam-se os blocos REC-T-237 e REC-T-280, que estão sobrepostos em área de inundação e movimento de massa. Nas proximidades dos blocos em estudo na Bacia do Tucano não foram identificadas áreas de risco geológicos associados a movimento de massa, corrida de massa, áreas de inundação ou áreas de enxurrada.
53. No item 4.3.8 – **Outras Sobreposições**, destaca-se as recomendações de adequação apontadas pelo Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17]. Na Bacia do Recôncavo, os blocos REC-T-219, REC-T-234 e REC-T-280 foram ajustados com base nas áreas de manguezais disponibilizadas pelo Ibama (Figura 16). Já na Bacia do Tucano, foram recortados os blocos TUC-T-130 e TUC-T-131, considerando a área CA242, classificada como de importância biológica Muito Alta e prioridade de ação Extremamente Alta na Caatinga (Figura 17).

4.5 - Potencial Petrolífero

54. As informações acerca do potencial petrolífero dos Setores SREC-T1, SREC-T2, SREC-T3 e SREC-T4 da bacia do Recôncavo e STUC-S da bacia do Tucano foram fundamentadas nos dados contidos no Ofício nº 84/2023/SAG/ANP-RJ [31] e anexo [32].
55. As informações do potencial petrolífero do campo de Tico-Tico foram baseadas na Nota Técnica nº 96/2021/SDP/ANP-RJ [26].
56. As informações do potencial petrolífero do campo de Lagoa Branca foram baseadas na Nota Técnica nº 58/2020/SDP/ANP-RJ [27].
57. As informações do potencial petrolífero do campo Sempre Viva foram baseadas na Nota Técnica nº 148/2021/SDP/ANP-RJ [28].
58. As informações do potencial petrolífero do campo Subaúma Mirim foram baseadas na Nota Técnica nº 8/2022/SDP/ANP-RJ [29].
59. As informações do potencial petrolífero do campo Curral de Fora foram baseadas na Nota Técnica nº 7/2022/SDP/ANP-RJ [30].

4.6 - Novos Critérios Socioambientais

60. Em relação ao disposto na Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [37], no caso concreto das Bacias do Recôncavo e de Tucano, a STM efetuou uma avaliação inicial dos critérios associados a unidades de conservação, territórios quilombolas e áreas densamente povoadas, e identificou as interferências existentes no mapa apresentado na Figura 2.

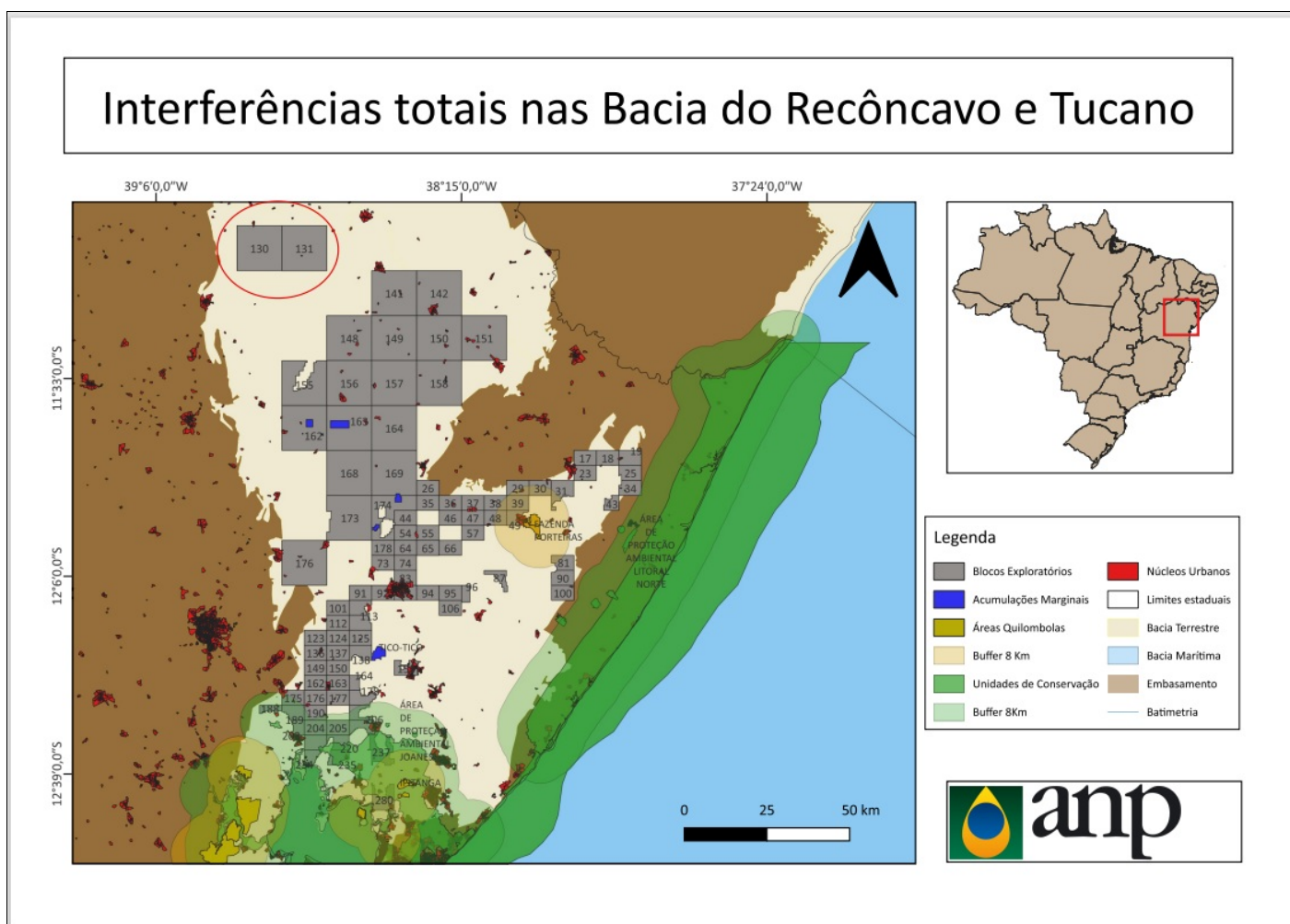


Figura 2 – Interferências totais na Bacia do Recôncavo e Tucano

61. Ato contínuo, por meio do Ofício nº 10/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [38], complementado pelo Ofício nº 32/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ [39], a STM solicitou à SAG a adequação dos polígonos dos blocos, à luz da Nota Técnica Conjunta nº 08/2024 [37], e das recomendações do

Parecer Técnico Nº 820/2024/MMA [17]. Com base nessas informações, a SAG promoveu os recortes, exclusões e incorporações de áreas.

62. Os recortes, exclusões e incorporações de áreas remanescentes a blocos adjacentes, informados pela SAG por meio do Ofício 25/SAG/ANP-RJ[40], deram origem à nova configuração dos 78 (setenta e oito) blocos e 5 campos considerados aptos a serem ofertados pela ANP. Os blocos em sua nova configuração estão listados na Tabela 3 e representados nas Figuras 3 e 4.

Tabela 3 - Blocos exploratórios considerados aptos nas Bacias do Recôncavo e Tucano

Setor	Recôncavo - Blocos Exploratórios e Campos de Acumulação Marginal
SREC-T1 (26 blocos)	REC-T-26, REC-T-35, REC-T-36, REC-T-37, REC-T-44, REC-T-46, REC-T-47, REC-T-54, REC-T-55, REC-T-57, REC-T-64, REC-T-65, REC-T-66, REC-T-73, REC-T-74, REC-T-83, REC-T-91, REC-T-92, REC-T-94, REC-T-95, REC-T-96, REC-T-101, REC-T-102, REC-T-106, REC-T-112, REC-T-113
SREC-T2 (14 blocos)	REC-T-17, REC-T-18, REC-T-19, REC-T-23, REC-T-25, REC-T-31, REC-T-34, REC-T-38, REC-T-43, REC-T-48, REC-T-81, REC-T-87, REC-T-90, REC-T-100
SREC-T3 (16 blocos)	REC-T-123, REC-T-124, REC-T-125, REC-T-136, REC-T-137, REC-T-138, REC-T-149, REC-T-150, REC-T-162, REC-T-163, REC-T-164, REC-T-175, REC-T-176, REC-T-177, REC-T-178, REC-T-190
SREC-T4 (1 bloco 1 campo)	REC-T-153 Campo de Tico-Tico*
Setor	Tucano - Blocos Exploratórios e Campos de Acumulação Marginal
STUC-S (21 blocos 4 campos)	TUC-T-130, TUC-T-131, TUC-T-141, TUC-T-142, TUC-T-148, TUC-T-149, TUC-T-150, TUC-T-151, TUC-T-155, TUC-T-156, TUC-T-157, TUC-T-158, TUC-T-162, TUC-T-163, TUC-T-164, TUC-T-168, TUC-T-169, TUC-T-173, TUC-T-174, TUC-T-176, TUC-T-178 Campos de Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora

* Ver item 4.7 - Considerações adicionais

Bacia do Recôncavo - Blocos aptos para oferta

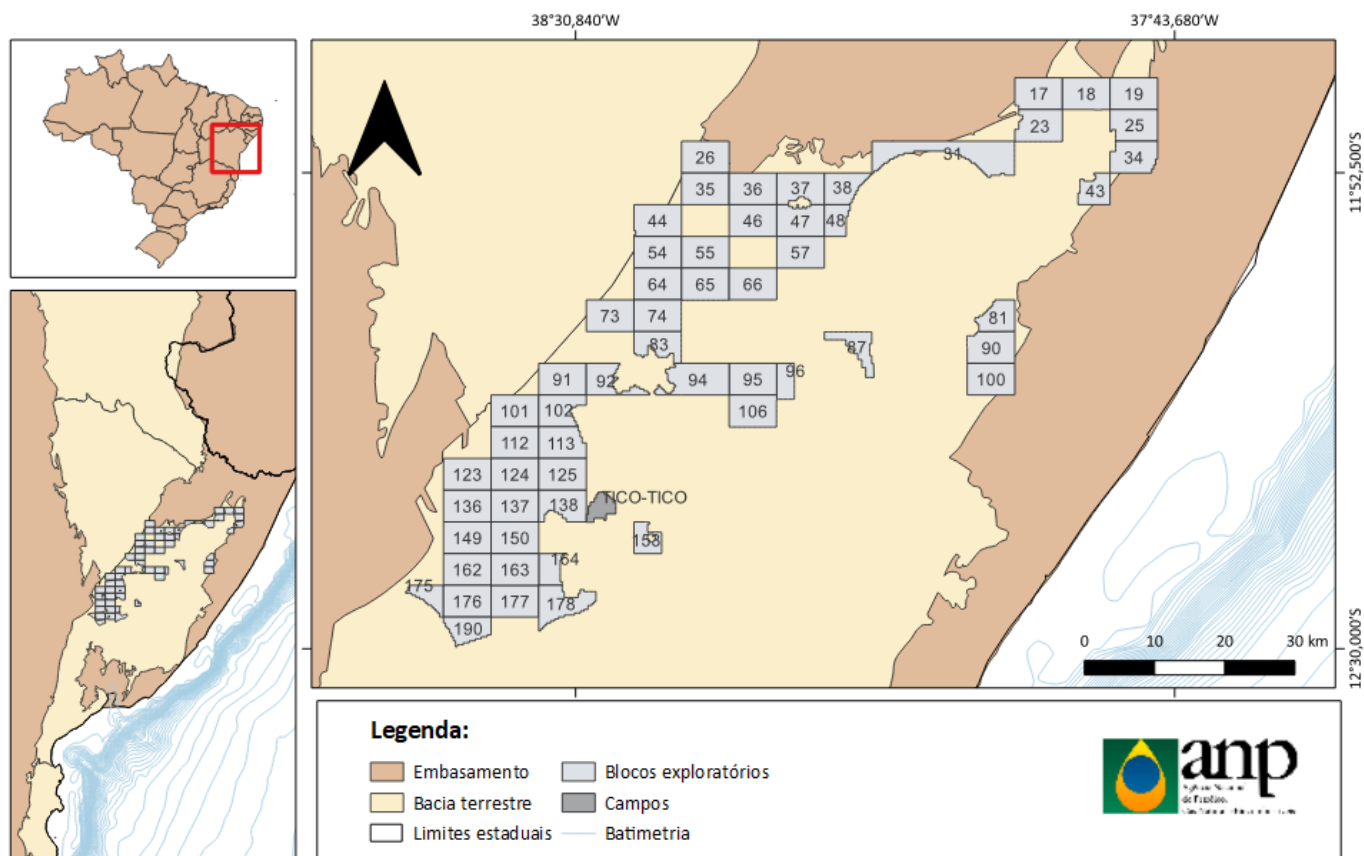


Figura 3 – Blocos aptos para oferta nas Bacias do Recôncavo

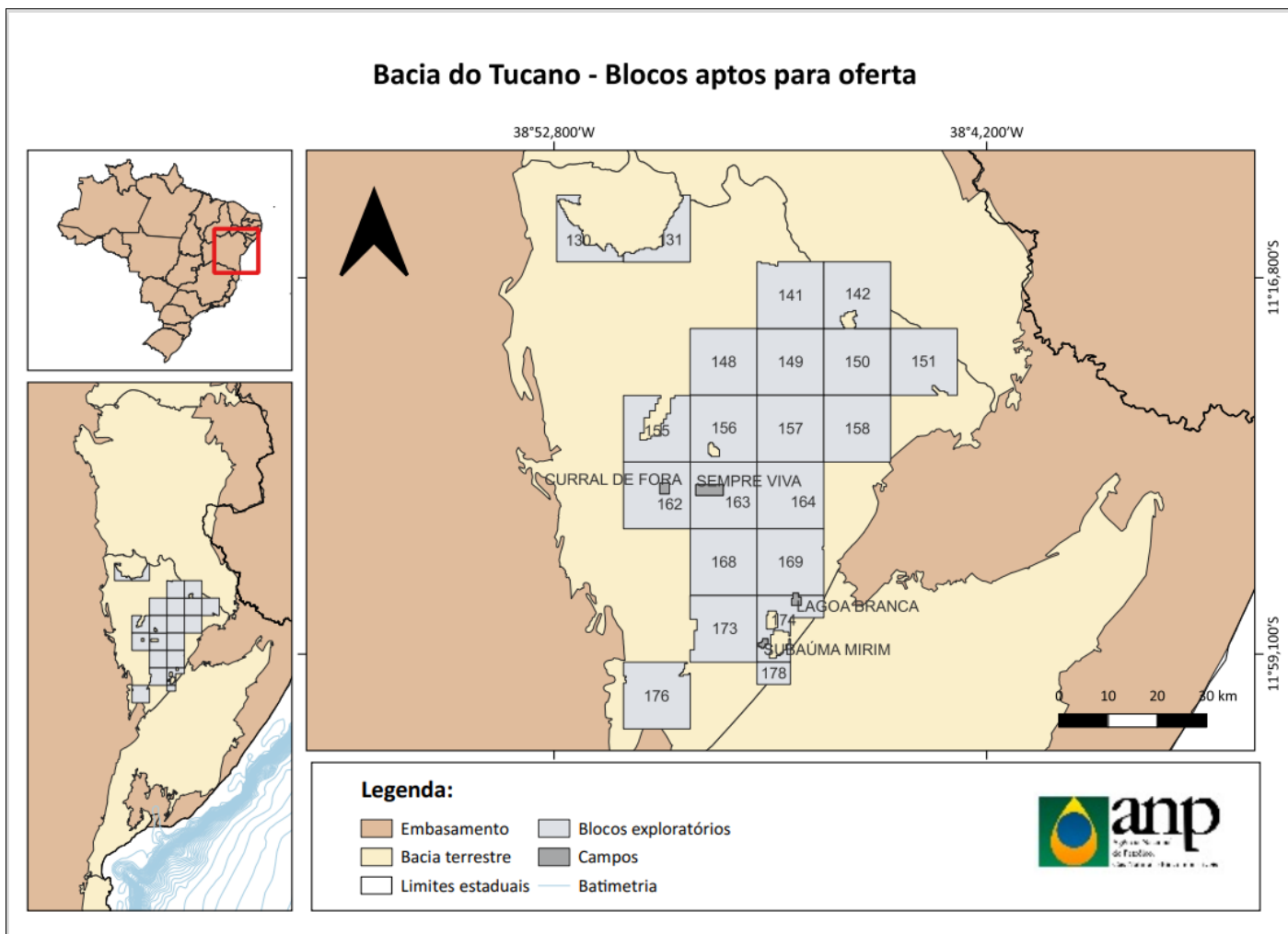


Figura 4 – Blocos aptos para oferta nas Bacias do Tucano

4.7 - Considerações adicionais

63. No caso específico do Campo de Tico-Tico, por meio do Ofício nº 49/2024/SPL/ANP-RJ (SEI 3727532) [41], a SPL comunica a vedação da justiça a oferta do campo, nos termos abaixo.

"Em atenção ao ofício nº 1135/2023/SDP/ANP-RJ (SEI nº 3624408) que trata da Decisão liminar exarada no processo nº. 1092116-02.2021.4.01.3300 - 12ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia que determina a vedação da inclusão da área do Campo Tico-Tico em oferta pública (SEI nº 3624496)."

64. Por esse motivo, embora o campo tenha sido considerado apto para oferta na Manifestação Conjunta, deve ser avaliada a situação do processo que, em decisão liminar, determinou a vedação da inclusão da área em oferta pública.

4.8 - Papel das diretrizes ambientais

65. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de "Diretrizes Ambientais", são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas na página da ANP na internet com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

66. Com base nas informações relatadas acima, conclui-se que a documentação apresentada pelo INEMA, GTPEG e a Manifestação Conjunta MME/MMA Nº 04/2024 [36], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

5 CONCLUSÃO

67. Com base nos pareceres elaborados pelo INEMA e corroborados pela Manifestação Conjunta nº 04/2024 MMA/MME [36], acrescidos os recortes e exclusões complementares efetuados pela ANP, conforme determinado pela Nota Técnica Conjunta Nº 8/2024/ANP [37], a **ANP está apta para ofertar 78 (setenta e oito) blocos e das Áreas de Acumulações Marginais Lagoa Branca, Sempre Viva, Subaúma Mirim e Curral de Fora, nas Bacias do Recôncavo e de Tucano**, no Estado da Bahia, conforme Tabela 3 e Figuras 3 e 4. Quanto ao **campo de Tico-Tico**, considerando a informação constante Ofício nº 49/2024/SPL/ANP-RJ (3727532) [41], entendemos que, apesar de apto à oferta sob o ponto de vista socioambiental, deve ser avaliada a situação do processo que, em decisão liminar, determinou a vedação da inclusão da área em oferta pública.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA, Agente Público S/CCT**, em 31/01/2025, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI, Especialista em Regulação**, em 31/01/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA, Coordenadora Geral de Meio Ambiente**, em 31/01/2025, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4642379** e o código CRC **C845D34C**.